

Senado adia exame da lei Federal que limita MP

O Senado adiou ontem por 30 dias a votação do projeto de lei complementar do atual ministro da Justiça, Nelson Jobim, que limita a edição de medidas provisórias (MPs) pelo Executivo.

O adiamento foi pedido pelo presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, Íris Rezende (PMDB-GO).

Ele alegou que existem várias outras matérias — entre projetos de lei, de resolução e propostas de emenda constitucional — que tratam do mesmo assunto.

“Precisamos de mais tempo para analisar todas essas propostas em conjunto”, explicou Íris. A votação já havia sido adiada no último dia 23 de março, e terá que acontecer no máximo até 20 de maio.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ainda tentou manter a votação para ontem, alegando que a tramitação em conjunta sugerida por Íris Rezende não tem amparo regimental.

Adiamento — Mas 54 senadores votaram a favor do adiamento. Além de Suplicy, dois outros senadores petistas votaram contra: José Dutra (SE) e Marina Silva (AC).

Apesar de ter concordado com o adiamento, Humberto Lucena (PMDB-PB) fez um apelo para que o Congresso aprove “o mais rápido possível” medidas para restringir o uso das MPs.

Enquanto a lei do governo não é votada, o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), tentará realizar na próxima semana duas sessões do Congresso para analisar vetos presidenciais e medidas provisórias.

Desde a suspensão da sessão de quarta-feira, número de MPs não votadas se acumula no Senado.

Pelo menos três MPs negociadas e prontas para votação terão de ser reeditadas, porque perdem a validade hoje.

O líder do governo no Congresso, deputado Germano Rigotto (PMDB-RS), prepara uma nova pauta de negociação entre os líderes partidários para ver quais são as MPs em condições de serem votadas na próxima semana.